

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA
E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
ATA DA 105ª REUNIÃO**

Data: 08 de julho de 2015.

Local: Ministério do Meio Ambiente, localizado na SEPN 505 (W2 Norte), Lote 2 - Brasília/DF.

REPRESENTANTES:

Ministério da Integração Nacional: Pedro Emílio Pereira Teodoro

(pedro.teodoro@integracao.gov.br);

Ministério do Meio Ambiente – ANA: Luiz Henrique Pinheiro Silva (luizhenrique@ana.gov.br);

Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Mirela Garaventa (mirela.garaventa@mma.gov.br);

Ministério das Minas e Energia: Ausente;

Conselhos Estaduais - MG/ES: Thiago F. Santana (thiago.santana@meioambiente.mg.gov.br);

Conselhos Estaduais - MT/GO: Ellen Kenia Pantoja (ellenpantoja@sema.mt.gov.br);

Conselhos Estaduais - SP/RJ: Ausente;

Conselhos Estaduais - DF/PR: Waldir F. dos Santos (rafael.mello@adasa.df.gov.br);

Conselhos Estaduais – RN/AL: Nelson César F. Santos (nelsonemparn@gmail.com);

Conselhos Estaduais - AM/PA: ausente;

Irrigantes: Gustavo dos Santos Goretti (gustavo.goretti@cna.org.br);

Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Magali

Scarpelini de Menezes (mscarpelini@sabesp.com.br); Paulo Roberto da Veiga Franco

(pfranco@sanepar.com.br)

Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Diogo Carneiro R. B. Martins

(diogo.martins@cemig.com.br)

Indústria: Cláudia Salles (claudia@ibram.org.br);

Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: João Carlos de

Freitas Silva (jcarlos.freitas@daee.sp.gov.br);

Organizações não Governamentais: João Clímaco Soares de Mendonça

(fonascbbh@yahoo.com.br);

Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Tânia Lúcia G. de Miranda

(tania.miranda@lactec.org.br).

DEMAIS PRESENTES:

Saulo Gregory Luzzi (ADASA/DF) saulo.luzzi@adasa.df.gov.br

Lisânea Mycheline O. Damasceno (MI) lisanea.damasceno@integracao.gov.br

Alan Vaz Lopes (ANA) alanvazlopes@ana.gov.br

José Roberto Rodrigues (CODEVASF) jose.roberto@codevasf.gov.br

Patrícia de Sousa Pereira (Umbelino Lobo) patricia@umbelino.com.br

RELATORIA CTPOAR: Anderson Bezerra (SRHU/MMA) anderson.bezerra@mma.gov.br

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Item 1 – Abertura/Informes: A presidente da CTPOAR, **Sra. Ellen Pantoja**, deu as boas vindas aos presentes e iniciou a 105ª reunião da câmara técnica, às 09h25min, com uma rodada de apresentações dos membros presentes. Item 2 – Aprovação da ata da 104ª reunião da CTPOAR: a **Sra. Mirela**

Garaventa (SRHU) informou que houve um problema com o computador, o que impediu de enviar os documentos para os conselheiros, incluindo a ata da reunião anterior, solicitando que a mesma seja aprovada na próxima reunião da CTPOAR. Com a concordância de todos, a ata da 104ª CTPOAR será aprovada na próxima reunião. Item 3 – Informe sobre os trabalhos do GT-Gestão Integrada: a

Sra. Ellen Pantoja informou que a CTPOAR está trabalhando conjuntamente com a CTAS nas

discussões sobre a proposta de resolução de gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Comentou que já ocorreram 6 reuniões, sendo a primeira em abril de 2014 e a última no dia 17 de junho. Neste período houve um seminário que apresentou como diretrizes gerais que a resolução versaria sobre aquíferos livres e rios perenes. No entanto, na última reunião foram colocados diferentes pontos de vista, incluindo que a resolução versaria apenas para aquíferos onde a interação com águas superficiais fosse conhecida, e/ou onde esta interação fosse conhecida. Esses pontos de vista serão discutidos novamente na próxima reunião do Grupo de Trabalho, marcado para ocorrer no dia 18 de agosto, no período da manhã. A presidente da Câmara solicitou ainda aos membros presentes, que fazem parte do GT, levassem contribuições relativas ao sistema de outorga e a gestão integrada de recursos hídricos. *Item 4 – Informe sobre a deliberação, pelo Plenário do CNRH, quanto à proposta de Resolução CNRH que estabelece diretrizes gerais para definição de derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos, e dá outras providências:* o **Sr. Luiz Henrique Pinheiro Silva (ANA)** relatou que a proposta foi discutida na última reunião plenária do CNRH, apresentando toda a contextualização e as etapas de elaboração da proposta. Comentou que durante a Plenária a representante da indústria fez uma forte crítica sobre a proposta de resolução, justificando que é desnecessária para o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, pois alguns estados já possuem legislação específica sobre o assunto, sugerindo aos conselheiros a exclusão da proposta de resolução. Comentou ainda que ocorreram outras intervenções corroborando com a exclusão da proposta de resolução, por não representar bem o interesse dos estados. Segundo ele, não houve crítica específica sobre a resolução, apenas críticas gerais, sobre a não necessidade da proposta. Após as colocações e críticas durante a Plenária, o Sr. Luiz Henrique pode ainda colocar algumas observações, representando a CTPOAR, dizendo que esta proposta foi demandada pelo CNRH como uma prioridade, e que foram dois anos de trabalho da CTPOAR para suprir essa demanda, e naquele momento era importante a colocação de melhorias específicas na proposta para que todo o trabalho não fosse perdido. Com isso, o Presidente da ANA fez uma contraproposta de retorno à CTPOAR para adequações no texto, e por votação da grande maioria da Plenária foi dado o encaminhamento de retorno à Câmara Técnica. Após esta contextualização, o Sr. Henrique registrou que teria sido importante que mais representantes da CTPOAR estivessem presentes na Plenária do CNRH para reforçar a defesa da proposta de resolução. Comentou ainda que o Sr. João Clímaco, representando as ONGs, defendeu a proposta de resolução na Plenária, explicando que grandes empreendimentos podem ser outorgados em detrimento dos pequenos usuários na bacia hidrográfica, se todos não estiverem cadastrados. A **Sra. Ellen Pantoja** agradeceu o Sr. Luiz Henrique pela explicação e pela defesa da proposta na Plenária, e comentou que na próxima defesa da resolução outros membros se farão presentes. O **Sr. João Clímaco (ONGs)** pediu a palavra e comentou que existem motivos técnicos e políticos para a não aprovação da proposta de resolução na Plenária, mas que o interesse setorial vem argumentando de forma errônea, visando apenas o interesse econômico, e chamou a atenção dos membros para não corroborarem com estas argumentações. Segundo ele, o texto deve sofrer alterações, e colocar de forma mais clara possível as diretrizes a serem tomadas, para que não ocorram dúvidas sobre o objetivo na norma, e para isso os segmentos interessados devem apresentar sugestões específicas de alterações, como, por exemplo, o Art. 8 da proposta, que deve ser reformulado. A **Sra. Claudia Salles (Indústria)** comentou que a proposta foi discutida pelo segmento da indústria, mas não houve o consenso. Afirmou que levará novamente o assunto para ser discutido para definição de uma posição do segmento sobre a proposta de resolução. Registrou ainda que não há interesse do setor produtivo, mesmo porque normalmente os usos no setor não são considerados insignificantes, e a verdadeira preocupação do segmento está focada na judicialização decorrente da aplicação da proposta de resolução. A **Sra. Ellen Pantoja** questionou a representante da indústria sobre um posicionamento acerca da proposta de resolução, uma vez que foi o segmento que solicitou a retirada da proposta, obtendo como resposta que a indústria não havia recebido a convocação e a pauta para a reunião, o que impediu a formulação de

um posicionamento sobre o assunto. O **Sr. Antonio de Oliveira Junior (Conselhos Estaduais - ES)** comentou sobre a vulnerabilidade de possíveis judicializações, que, a seu ver, se este foi o motivo do retorno da proposta de resolução, a CTIL deveria ser a câmara para analisar a matéria, falando ainda, que do ponto de vista técnico, a minuta de resolução está concluída, e não caberia retomar as longas discussões feitas sobre a matéria. O **Sr. Thiago F. Santana (Conselhos Estaduais - MG)** comentou que no estado de Minas Gerais não ocorreu ainda judicialização de outorgas, e sim, processos relacionados ao licenciamento ambiental. Em sua opinião, a falta de regulamentação pode causar a judicialização, pois não há uma padronização de critérios para emissão de certidão de usos insignificantes, e por isso considera importante a norma da CTPOAR. Falou ainda que no seu estado o cadastro de usos considerados insignificantes ocorre desde 2004. O **Sr. Luiz Henrique Pinheiro Silva**, sugeriu como encaminhamento a elaboração de um seminário sobre o assunto, sugestão dada pelo Diretor de Recursos Hídricos da SRHU, e informou ainda que a ANA irá se manifestar sobre o Art.11 da proposta de resolução, que foi ponto de discussão na CTIL. A **Sra. Magali Scarpelini de Menezes** sugeriu não ser necessário um seminário, mas sim trazer para a próxima reunião os conselheiros que foram contrários à proposta de resolução. A **Sra. Claudia Salles** se comprometeu a enviar, antes da próxima reunião, as contribuições do setor produtivo acerca das divergências que foram debatidas pelo seu segmento no Plenário. A Presidente da Câmara comentou que a sugestão de seminário é complicada, pois demanda recursos e tempo para organização. Falou ainda que a intenção não é rediscutir todo o texto da proposta, e sim avaliar pontualmente os artigos que apresentaram problemas de entendimento, como por exemplo, o Art. 11. O **Sr. Luiz Henrique Pinheiro Silva** solicitou aos membros que, depois de realizadas as alterações no texto da proposta, a resolução seja encaminhada para a CTIL com a recomendação da CTPOAR para avaliação apenas das alterações feitas, e não de toda a proposta, solicitando também que mais de um membro da CTPOAR esteja presente na reunião da CTIL, para ajudá-lo na defesa e aprovação da proposta. O **Sr. João Clímaco** comentou que não entendeu as motivações do presidente da ANA que sugeriu à Plenária o retorno da proposta à CTPOAR, porque, para ele, o posicionamento do Presidente da ANA foi política, e não estava contrário à resolução. Segundo ele, se a ANA quisesse assumir a posição de aprovação da proposta, assim como fez com o requerimento de urgência, a proposta teria sido aprovada. O **Sr. Luiz Henrique Pinheiro Silva** e a **Sra. Mirela Garaventa** esclareceram que a aprovação da resolução sobre as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança, que entrou na pauta da última plenária em regime de urgência, não ocorreu à revelia dos conselheiros, como dito pelo Sr. João Clímaco. Existe a Resolução nº 70/2007, que estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água. A consulta foi feita pela Secretaria Executiva do CNRH, de acordo com a resolução, e remeteu os resultados à ANA, que elaborou um relatório com todas as contribuições recebidas e a minuta de resolução. A Resolução nº 70 define ainda o prazo para o CNRH aprovar as prioridades, e para que o prazo não fosse perdido, a proposta de resolução de prioridades foi colocada como regime de urgência e aprovada pela grande maioria dos conselheiros. O **Sr. João Clímaco** comentou que, do seu ponto de vista, o que ocorreu foi uma posição política, e o processo de consulta entrou como regime de urgência propositalmente, pois envolve aplicação de recursos, falando ainda que o sistema não pode ficar falseando a realidade, nem do ponto de vista da burocracia, nem do ponto de vista do interesse do setor econômico, e irá responder publicamente a essas mentiras, que estão querendo se consolidar como verdades. Voltando à pauta a **Sra. Ellen Pantoja** apontou como encaminhamento a CTPOAR irá enviar solicitação formal aos segmentos que foram contrários à aprovação da proposta de resolução, pedindo esclarecimentos e contribuições para serem discutidas nas próximas reuniões da Câmara. [Item 5 – Análise e discussão dos resultados do Seminário “Outorga e Alocação e Água em Bacias Críticas”](#): o **Sr. Alan Vaz Lopes (ANA)** fez um resumo de como foi desenvolvido o seminário, que contou com a participação de 110 pessoas, dentre elas representantes de órgãos gestores, comitês, sociedade civil, conselhos estaduais e entidades privadas. Segundo ele, foi uma oportunidade de conhecer a forma como os órgãos gestores têm

atuado, o que dará subsídios para a CTPOAR discutir melhor a matéria. Destacou que a outorga não resolve tudo sozinha, precisa se valer dos outros instrumentos de gestão, principalmente o plano de recursos hídricos nas bacias, através do olhar estratégico que o plano de recursos hídricos pode dar, principalmente em uma bacia crítica. Outros pontos destacados foram a importância da integração dos órgãos gestores e a atuação através da negociação. O **Sr. Pedro Emílio Pereira Teodoro (Ministério da Integração Nacional)** comentou que era o momento de propor soluções, sugerindo que fosse criado um Grupo de Trabalho para discutir dois assuntos que, ao seu ver, foram recorrentes no seminário, que foram a outorga sazonal e a outorga coletiva. Com relação a outorga sazonal, existe uma demanda do Ministério de Integração Nacional, inclusive propôs discutir uma minuta que está em desenvolvimento no MI. O **Sr. João Clímaco** registrou que o Seminário não levou em consideração as bacias críticas que envolvem questões ambientais, pois o meio ambiente deve ser tratado como usuário da água. O Seminário permeou sobre o olhar da quantidade da água e não as causas das criticidades, e destacou que para haver o avanço dessa discussão é preciso considerar um olhar mais amplo sobre o conceito de criticidade, para que seja mais condizente com a realidade que passa no Brasil. A opinião do Sr. João Clímaco foi corroborada por outros membros, como a **Sra. Cláudia Sales**, que comentou também sobre a gestão por demanda como outro ponto importante do seminário, que caracteriza um novo olhar sobre os usos de água, que envolve a infraestrutura hídrica, a eficiência no uso, a racionalização e o reúso. A **Sra. Ellen Pantoja** comentou que no seminário a criticidade, para fins da proposta de resolução, pode ser definida por escassez natural ou por aumento da demanda. O **Sr. Antonio de Oliveira Junior** comentou que o ES possui a outorga coletiva instituída por instrução do órgão gestor, mas que é necessário que o CNRH normatize, ao menos com critérios gerais, e identifique procedimentos para que o órgão gestor possua uma segurança técnica do que é criticidade em bacias. O **Sr. Luiz Henrique Pinheiro Silva**, falando em relação à sugestão de elaboração de uma resolução sobre a outorga sazonal, indicou que não vê a necessidade de diretrizes gerais do CNRH, pois alguns estados, como o Mato Grosso, e a própria ANA já o fazem. A seu ver, o ideal é que os estados passem a migrar para a outorga sazonal. Após rodada de comentários sobre o seminário e a necessidade ou não da elaboração da proposta de resolução sobre outorgas em bacias críticas, foi tomado como encaminhamento que a minuta de resolução, que já havia sido discutida na CTPOAR, será retomada para dar continuidade à elaboração da proposta, considerando as contribuições absorvidas do seminário, registrados em um relatório resumo que será elaborado pela ANA. [Item 6 – Assuntos Gerais/Encerramento:](#) foi decidido que a próxima reunião será realizada no dia 19 de agosto. Para o dia 18 de agosto, o **Sr. Gustavo dos Santos Goretti (Irrigantes)** convidou todos os presentes a participarem do Seminário “Uso sustentável da água na agricultura – Desafios e soluções”, realizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O **Sr. João Clímaco** reiterou o pedido para que no próximo seminário realizado pela CTPOAR fossem convidados representantes de universidades ligados aos movimentos sociais e a representação das ONGs, para colocar o ponto de vista da sociedade civil. Finalizada a pauta do dia, a Presidente da CTPOAR, a **Sra. Ellen Pantoja**, agradeceu a presença de todos e encerrou a 105ª Reunião da Câmara.

Ata aprovada na 106ª reunião, realizada no dia 19 de agosto de 2015.

Ellen Kenia Pantoja

Presidente da CTPOAR

Anderson Felipe de Medeiros Bezerra

Relatora da CTPOAR